



**3.º CAPÍTULO** O OLIVAL DA NAÇÃO

**OS NOVOS**

**ESCRAVOS**

**DO ALENTEJO**



Mais de 100 milhões de novas oliveiras foram plantadas em Alqueva na última década. O que alterou em definitivo a paisagem rural e humana do Alentejo. E fez disparar a criminalidade associada ao tráfico de pessoas. Esta é a última de uma série de reportagens realizadas ao abrigo de uma bolsa de investigação jornalística da Fundação Calouste Gulbenkian.

Por Paulo Barriga (texto) e João Miguel Rodrigues (fotos)

**N**ão foi apenas a paisagem agrícola que mudou com o incremento da plantação intensiva de oliveiras no Alqueva, foi também a humana. Hoje, qualquer aldeia da região, por mais ínfima que seja, está transformada numa verdadeira Babel. Nos últimos 70 anos, o distrito de Beja, onde se situa o grosso da área regada pela grande barragem, perdeu sensivelmente metade da sua população, numa curva demográfica negativa que parece estar a estancar devido ao fluxo de trabalhadores estrangeiros indiferenciados que hoje acorre aos campos do Sul. Onde a criminalidade associada ao tráfico de seres humanos disparou na mesma proporção do fenómeno migratório.

São 10 horas de uma manhã aparentemente normal. Não fosse lá fora a insignificante escaramuça que a manifestação dos “coletes amarelos” quase fomentou no Marquês de Pombal, dir-se-ia que Lisboa despertava tão amena como o dia de sol de inverno que lhe estava destinado. Uma calma em tudo contrastante com o torvelinho que imperava num terceiro andar da Av. António Augusto de Aguiar, onde o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) tem a sua sede. No dia anterior, 20 de dezembro de 2018, boa parte dos inspetores do SEF, 141, tinha rumado à zona de Beja para a

maior iniciativa de combate ao tráfico de seres humanos alguma vez realizada em Portugal. Chamaram-lhe operação Masline. Que em romeno quer dizer “azeitona”.

É de Paulo Torres o gabinete enviaçado que contradiz a pacatez do exterior. “Quando pensamos que resolvemos um problema, percebemos que acabámos de criar outros tão ou mais difíceis de solucionar”, lamenta o diretor regional do SEF enquanto se desmultiplica a atender os telefones que não cessam de tocar. A equipa liderada por Paulo Torres tinha acabado de libertar 255 cidadãos moldavos, reféns de uma rede romena de tráfico de seres humanos que operava nos concelhos de Beja, Ferreira do Alentejo e Aljustrel. Na ocasião, foram presas seis pessoas, entre os 22 e os 47 anos, cinco homens e uma mulher, e foi cassada uma conta bancária com 135 mil euros.

“Esta gente não estava legalizada e, por isso, sujeitava-se a tudo. Trabalhava pelo menos 12 horas por dia, todos os dias da semana, não era remunerada, os documentos tinham-lhe sido retirados, estava mal alimentada e vivia em alojamentos precários altamente degradantes”, descreve o inspetor. “Os angariadores foram presos, os trabalhadores vão regressar ao seu país e às suas famílias de mãos a abanar e os proprietários das terras ficaram”

sem o serviço feito. Nestas operações todos acabamos por perder, principalmente as vítimas, que vão ficar ainda pior do que estavam. Elas já tinham sido obrigadas a pagar à rede de traficantes antes de virem para Portugal, trabalharam como escravos e vão voltar a casa ainda mais pobres. Tudo isto gera uma grande frustração.”

A operação Masline está longe de ser um caso isolado. As detenções por crimes de tráfico de pessoas e de auxílio à imigração ilegal têm ocorrido com regularidade em Alqueva nos últimos 10 anos. A 9 de julho de 2019, por exemplo, ao abrigo da operação Fratello, o SEF deteve dois romenos e libertou outras 15 pessoas da mesma nacionalidade que, na região de Beja e de Alcácer do Sal, estavam a ser vítimas de exploração laboral e extorsão. Entre as provas então apreendidas encontravam-se 11 mil cigarros artesanais, repartidos em maços de 20, que eram disponibilizados aos trabalhadores, sendo o respetivo valor deduzido nos seus “salários”. Segundo o SEF, as vítimas eram “exploradas em herdades agrícolas, na preparação da campanha da azeitona. Muitas delas acabaram privadas da respetiva remuneração” e foram alvo de “violência física”.

A palavra “salários” vem entre aspas, uma vez que não deixa de ser forçado chamar “salário” à remuneração que é prometida a estes trabalhadores e que, por norma, nem chega a ser paga. Efetivamente paga. O ordenado-padrão apalavrado pelas máfias de Leste é de cinco euros diários, por 12 horas de trabalho ininterrupto. A esta verba é subtraído o preço de todos os produtos ou serviços prestados pelo patrão, por mais miserável e precário que seja. Dos cigarros à alimentação, ao transporte de e para o trabalho, ao alojamento. “Os romenos, sem estigmatizar, têm uma longa história de tráfico humano e dispõem de redes criminosas muito bem organizadas”, diz Paulo Torres.

Durante o período da campanha da azeitona, que decorre entre outubro e fevereiro, existem ligações de autocarro quase diárias entre Beja e Bu-

Um trabalhador durante a apanha da azeitona no Monte da Aldeia dos Condes, na zona de Baleizão



### População estrangeira residente no distrito de Beja



Total distrital **9.731**

Residem no distrito indivíduos de **94 nacionalidades diferentes**

Fonte INE e PORDATA

**NA CAMPANHA DA AZEITONA, HÁ LIGAÇÕES DE AUTO-CARRO QUASE DIÁRIAS ENTRE BEJA E BUCARESTE**

careste. Isto sem contar com as inúmeras carrinhas de nove lugares que, diariamente, chegam à região repletas de trabalhadores indiferenciados. Pessoas que são “aliciadas por melhores condições de vida ainda nos seus países de origem”, de acordo com Alberto Matos, da associação Solidariedade Imigrante, e que acabam por cair nas mãos de redes mafiosas que se baseiam em empresas de trabalho temporário, criadas ao minuto, e que se extinguem no momento seguinte sem deixar rasto. Uma facilidade que deriva do facto de a Roménia integrar a União Europeia e de os seus cidadãos se poderem estabelecer e circular livremente. As vítimas deste tipo de negócio, por norma, são pessoas iletradas, romenos de etnia cigana ou cidadãos

européus extracomunitários, principalmente moldavos.

Mais recentemente, o caso data de 29 de outubro, as autoridades constataram que a rede de influência destas máfias se estava a estender a outras nacionalidades. Naquela data, na aldeia de Baleizão, a Guarda Nacional Republicana deteve um homem de origem romena, de 41 anos, no seguimento de uma sessão de pancadaria na via pública. As cinco pessoas agredidas, cidadãos indianos, reclamavam o pagamento pelo seu trabalho no campo. Na ocasião, a GNR de Beja constatou que estes trabalhadores não tinham documentos e que “viviam em condições degradantes”.

Quando as redes de tráfico humano são desmanteladas pelas autori-



A dona do café da Fonte, em Baleizão, que ajuda trabalhadores imigrantes, com um grupo de nepaleses



dades ou quando, por castigo imposto pelo engajador, o indivíduo delas é excluído, fica por sua conta e risco. O que, por norma, significa que vai cair na mendicidade e dedicar-se à pequena criminalidade, nomeadamente ao furto de azeitonas. É o que constata a capitã Maria Rodrigues, comandante do destacamento de Aljustrel da GNR, cuja abrangência engloba o concelho de Ferreira do Alentejo. “É agora, após a campanha, quando já não há trabalho nos olivais, que comecem a aparecer os furtos com maior regularidade”, reconhece a militar. Na manhã de 29 de janeiro de 2019, uma brigada do destacamento tinha acabado de deter quatro cidadãos romenos por furto de azeitona. “São pequenos furtos que, por si só, são insignificantes, mas que no seu todo acabam por ser expressivos. O problema nem é tanto o furto, mas o facto de muitas vezes esta azeitona apanhada do chão, o chamado rabisco, já ter levado tratamentos químicos em cima. E se ela chega ao circuito clandestino do azeite, e muita chegará, podemos estar perante um problema grave de saúde pública.”

## A ponta do icebergue

Os casos conhecidos de práticas ligadas ao tráfico de pessoas, à imigração ilegal e à exploração laboral estão longe de indicar a verdadeira

abrangência do problema na região do Alqueva. É o próprio juiz presidente da comarca de Beja a sublinhar que “não é de estranhar que as dimensões dessas realidades excedam em muito aquilo que as entidades fiscalizadoras conseguem detetar. O número de casos identificados e localizados é obviamente uma pequena parcela de algo muito mais vasto, de que todos empiricamente nos apercebemos”, reconhece José Lúcio.

E mesmo nos casos que chegam à justiça, o inquérito acaba por “naufragar na impossibilidade prática de localizar vítimas e suspeitos”, prossegue o magistrado. Nos últimos cinco anos deram entrada no tribunal da comarca de Beja 36 processos por tráfico de pessoas e nove por auxílio à imigração ilegal. Destes, apenas seis foram a julgamento e nenhum deles originou condenações exemplares. “Os indícios de crime que deram início ao expediente”, explica José Lúcio, “acabam por não ser confirmados, pelo desaparecimento do eventual apoio probatório. A fluidez da prova nesse tipo de atividades criminosas, em geral dependente da confirmação de intervenientes que procuram fugir a qualquer colaboração com as autoridades, implica uma elevada taxa de insucesso na atividade investigatória.”

Já Alberto Matos admite que o problema do tráfico de seres humanos poderia ser “minimizado em grande escala”, caso o processo de registo e legalização de imigrantes fosse mais lesto e menos burocrático. Foi isso mesmo que o responsável em Beja pela associação Solidariedade Imigrante (SOLIM) quis transmitir aos novos habitantes de Gasparões, quando se deslocou “em missão informativa” a esta pequena aldeia do concelho de Ferreira do Alentejo, a 27 de novembro de 2019.

A população de Gasparões, como acontece em tantas outras localidades dentro do perímetro de Alqueva, cresceu seis vezes desde o início da campanha da azeitona. Não é para menos. Junto à localidade situam-se os olivais intensivos e o lar da Herdade do Sobrado, pro-

### Inquéritos

Dos 45 processos por tráfico de pessoas e auxílio à imigração ilegal do tribunal de Beja, nenhum terminou em condenações exemplares

### Explorados

Os imigrantes têm de saldar a dívida do alojamento, alimentação e outros bens e só recebem o que sobra - quando recebem

### Aumento

Graças ao Alqueva, inúmeras povoações viram crescer o número de habitantes

**“DISSERAM-ME QUE EM PORTUGAL ERA MAIS FÁCIL ARRANJAR OS PA-PÉIS E NÃO PENSEI DUAS VEZES”, DIZ JUNG RANA**

priedade do megagrupo industrial espanhol Bogaris, e, nesta altura, é necessária gente, muita gente, para ajudar na colheita. Neste caso, são mais de 300 trabalhadores, maioritariamente indianos, que a empresa de trabalho temporário holandesa Randstad decidiu instalar em contentores bem no centro da localidade. “Com estas pessoas nunca há problemas. Eles querem é falar ao telemóvel, comer batatas fritas e bolos e beber sumos”, informa Antónia Rocha, que é proprietária de um dos cafés da localidade.

Na verdade, o acampamento funciona como uma cidade à parte. Entre os imigrantes, há gente para cuidar das limpezas, das compras, das refeições. Na cozinha improvisada dentro de um contentor, sete homens agachados junto aos fogões ou a amassar o pão tratam do jantar. O cheiro a caril espalha-se pelas redondezas. Partilha-se chá assamês. “Apesar de os terem posto em contentores, estes nem estão mal de todo”, reconhece Alberto Matos, “o que não falta por aí são grupos de dezenas de pessoas a viverem amontoadas em T1 e T2, sem qualquer privacidade e condições de higiene. Há muita gente a aproveitar-se da desgraça dos outros.”

Hoje, Gobardhan Jung Rana não foi trabalhar para os olivais do Sobrado. Estava engripado. Natural de Pokhara, este nepalês, de 26 anos, chegou à Europa, como boa parte dos imigrantes desta nacionalidade, graças a uma bolsa de estudo do governo de Malta para que concluisse o mestrado em Economia. “Precisava de ganhar dinheiro para a minha família e disseram-me que em Portugal era mais fácil arranjar os papéis. Não pensei duas vezes. Agora só quero que chegue o meu dia de sorte, 10 de fevereiro, para que tudo fique bem.”

O dia de sorte de Gobardhan Rana está agendado há perto de um ano, quando declarou no portal do SEF o seu interesse em trabalhar em Portugal. Como ele, há centenas de trabalhadores indiferenciados nos campos do Alentejo que aguardam que as suas propostas de residência sejam apreciadas pelas autoridades

des. Alberto Matos, cuja associação, só em Beja, já realizou mais de 20 mil atendimentos a estrangeiros, constata que “é tempo a mais para quem está com a vida em suspenso”. Tanto mais que a barreira linguística também não costuma ajudar a desenlear o processo burocrático que, por norma, começa pela “fácil” obtenção do número de contribuinte e termina na “penosa tarefa de regularização na Segurança Social”. De acordo com dados do SEF, em 2018 havia 9.731 residentes estrangeiros inscritos na área da agricultura no distrito de Beja, o que equivale a 6,4% da população. Mas esse é apenas “o lado visível da grande coluna de trabalhadores estrangeiros que chegam todos os anos”, conclui Alberto Matos.

## Situação fora de controlo

Num recente estudo promovido pela Associação de Olivicultores do Sul (OLIVUM) é revelado que “o emprego relacionado com o setor representa mais de sete milhões de dias de trabalho em cada campanha, o que equivale ao trabalho de cerca de 32 mil pessoas a tempo inteiro”. É inegável o papel que o olival tem representado para o decréscimo do desemprego na região, quer de forma direta, quer através das empresas de comércio e de serviços que se instalaram para apoiar a olivicultura. No entanto, segundo o Instituto Nacional de Estatística, o Alentejo, no terceiro trimestre de 2019, continuava a ser a região de Portugal continental com a maior taxa de desempregados, 7%, contra os 6,1% da média nacional. Como a grande maioria das tarefas desenvolvidas na olivicultura são sazonais e duram quatro meses, é aceitável que todos os anos perto de 90 mil pessoas possam emprestar temporariamente a sua força de trabalho ao setor oleícola português, nomeadamente aos olivais de Alqueva.

Apenas uma décima parte deste contingente, que é superior à meta-de da população do distrito (152.758 habitantes, nos censos de 2011),



Um grupo de trabalhadores rezeva-se a cozinhar no contentor onde vive, em Gasparões

### Por vagas

Os russos e os ucranianos foram os primeiros a chegar. Depois os búlgaros e os moldavos. Agora os indianos e nepaleses

acaba por ser realmente referenciada. “É nas lacunas do sistema”, admite o inspetor Paulo Torres, “que acabam por acontecer os problemas”. Para o diretor regional do SEF “não basta que os angariadores de mão de obra ilegal sejam identificados e levados à justiça. É também necessário sensibilizar as empresas empregadoras, dizendo-lhes que também são responsáveis. A lei até prevê contraordenações para estes casos. Porém, qual o grau de culpa do dono da terra?”, questiona. Já os proprietários, pela voz do presidente da OLIVUM, Pedro Lopes, respondem que estão “dentro da lei e que subcontratam a mão de obra a empresas especializadas e acreditadas”. No entanto, em 2018, o distrito de Beja era o segundo do País com mais ocorrências de tráfico de pessoas, logo a seguir a Lisboa.

Nesse ano, o presidente do Sindicato da Carreira de Investigação e

Fiscalização do SEF, Acácio Pereira, alertava para o facto de a exploração laboral nas zonas agrícolas do Alentejo estar “fora de controlo”. A escassez de meios humanos no SEF, aliada à “indiferença” ou “permissividade” de alguns agricultores que contratam prestações de serviços com uma remuneração muito abaixo do limite legal, cria o clima perfeito para a proliferação das redes de tráfico humano.

E consoante as autoridades vão percebendo e desmontando os esquemas de trabalho ilegal, a base de recrutamento vai alterando a sua geografia. Após a abertura da cortina de ferro foram os russos e os ucranianos os primeiros a chegar ao Alentejo. Depois vieram os búlgaros, seguiram-se os romenos e os moldavos, os brasileiros, mais recentemente os tailandeses e os paquistaneses e hoje, em grande maioria, os indianos, os nepaleses e os africanos

### MUSSA SAIDI FUGIU PARA A GÂMBIA E DEPOIS PARA O MALI, ONDE FOI ESCRAVO A “LAVAR OVELHAS”

Os imigrantes dormem em beliches que estão nos contentores





▶ Junto aos contentores onde vivem, os imigrantes deixam as roupas a secar

subsarianos. “À medida que vamos controlando determinada dimensão do fenómeno, ele muda”, reconhecia em 2017 o inspetor Carlos Graça, então coordenador nacional da equipa de combate ao trabalho não declarado da Autoridade para as Condições do Trabalho. “Este é um processo dinâmico que começa a assumir um papel que para nós é terrivelmente ingrato, que é a sua internacionalização.”

As estatísticas da SOLIM também dão conta desta metamorfose migratória. Basta visitar a sede da associação numa terça-feira à tarde, quando é feito o atendimento presencial aos imigrantes, para perceber as dinâmicas dentro dos três principais filões que abastecem de uma mão de obra dos campos de oliveiras do Alentejo. Os nepaleses, já se viu, graças aos protocolos de cooperação do seu país com Malta, têm entrada privilegiada através daquela ilha. Os indianos, com uma comunidade antiga e bem organizada em Portugal, costumam viajar diretamente para Lisboa. Já aos subsarianos não lhes resta outra alternativa que não seja enfrentar os humores do mar Mediterrâneo dentro de um bote de borracha.

Foi o que aconteceu com tantos outros, mas também com Mussa Saidi, filho único da quarta mulher de uma família islâmica da Guiné-Bissau. Em criança, quis estudar na escola portuguesa “para aprender alguma coisa”. Mas os irmãos queimaram-lhe a mão direita, por recusar o Corão. Com a ajuda de um tio conseguiu fugir para a Gâmbia e depois para o Mali, onde foi escravo a “lavar ovelhas antes de serem tosquiadas”. Pelos bons serviços, o patrão transferiu-o para a sucursal que

tinha no centro da Líbia, nos arredores da cidade de Sabha. “Ali lavávamos dromedários, era diferente.”

Em 25 de março de 2018, um raide do Estado Islâmico arruinou o negócio e pôs os sobreviventes em debandada. Caminhou durante dias até chegar ao porto de Sabratha. Os 600 dinares que conseguiu juntar ao longo de quatro anos proporcionaram-lhe um lugar num bote semirrígido. Andou duas semanas à deriva no mar, antes de aportar em Itália. E assim que pôde, comprou bilhete de camioneta para Portugal. Mau negócio. Voltou a cair nas mãos de engajadores corruptos. Agora, em Ferreira do Alentejo. E em vez de lavar ovelhas, foi colher azeitonas. Tem agora 27 anos. E, tal como a oliveira, também ele conseguiu sobreviver à travessia do Mediterrâneo.

### Evolução da população residente no distrito de Beja

1900  
164.754

1911  
194.706

1920  
202.914

1930  
242.687

1940  
278.208

1950  
291.024

1960  
276.895

1970  
204.816

1981  
188.420

1991  
169.211

2011  
152.758

2018  
141.178

Fonte INE e PORDATA

## O mito da Atlântida

▶ Ainda que seja uma planta nativa e amplamente disseminada por todo o território nacional, a oliveira no seu estado selvagem não tem qualquer interesse agrícola. No campo, as pessoas costumam chamar zambujeiro ou zambujeira a este arbusto rústico e resistente que prospera mesmo nos solos mais pobres. Pelo que a domesticação da oliveira, ou melhor, a invenção primitiva da tecnologia que permite extrair o óleo do seu fruto, é considerada um dos maiores avanços do Homem enquanto agricultor. Feito que é atribuído aos fenícios, gente aventureira que se notabilizou não tanto pelas suas qualidades agrárias, mas pelas viagens e pelo comércio marítimos. E que se terá deparado durante as suas expedições com o mito de todos os mitos: o da Atlântida.

Foi o filósofo grego Platão que nos seus *Diálogos* divulgou as primeiras referências sobre o continente perdido. Desde então, foram milhares os aventureiros, os caçadores de tesouros e os ficcionistas que se dedicaram a procurá-lo nas funduras do oceano Atlântico ou apenas nas profundezas da imagi-

nação. “Estamos a falar da mitologia do paraíso perdido”, diz o historiador Cláudio Torres. “Todos os livros sagrados de todas as religiões e culturas falam de algo que foi perdido e de onde o Homem foi expulso.” Mas para o vencedor do Prémio Pessoa em 1991, não é necessário ir muito longe em busca da Atlântida, ela está aqui mesmo, “neste Sudoeste peninsular que hoje habitamos”. E onde voltámos a plantar oliveiras. E a importar pessoas. Em larga escala.

É uma teoria algo insólita, a de a Atlântida “sempre ter estado entre nós”. No entanto, Cláudio Torres acredita que os navegadores fenícios teriam de velejar junto à margem sul do Mediterrâneo, em que as correntes marítimas são favoráveis e os ventos predominantes ajudam, sempre que se aventuravam mais para o ocidente. “E quando chegavam ao estreito de Gibraltar, o que viam quando observavam a costa norte era uma grande ilha e não uma península”. Essa tal ilha-continente rica em minérios à superfície e que abrigava uma planície fértil, situada para lá de uma cordilheira de montanhas. Terá sido nesses solos produtivos que se plantou com sucesso a primeira oliveira viajante. Daí ao mito foi um passo de gigante.

As prospeções arqueológicas realizadas aquando da infraestruturização dos mais de dois mil quilómetros de condutas do complexo hidráulico de Alqueva trouxeram à superfície não propriamente a Atlântida, mas uma vasta rede de “pequenas unidades de povoamento” disseminadas pelos terrenos fecundos do vale do Guadiana. Para o arqueólogo Rui Mataloto, que se interessa pelo estudo das civilizações peninsulares pré-romanas, estamos perante “um modelo de ocupação [da terra] substancialmente distinto do conhecido anteriormente” pelos historiadores. Um modelo muito próximo daquele que era o cartão de visita do Alentejo até ao avanço da monocultura da oliveira: pequenas unidades habitacionais situadas no cimo de outeiros, os chamados montes alentejanos, junto a linhas de água e a bons solos agrícolas.

► “A introdução na área peninsular do plantio da oliveira e o uso do azeite fez claramente parte de uma verdadeira revolução agrícola espolitada pela presença das comunidades coloniais fenícias”, explica Rui Mataloto. Revolução que ainda hoje segue o seu curso em Alqueva. E para melhor a evidenciar, os cientistas estão a socorrer-se da informação recolhida durante as mais de 1.700 intervenções efetuadas naquela que Samuel Melro considera ser “a maior operação de arqueologia preventiva e de salvaguarda alguma vez realizada em Portugal e das mais importantes a nível europeu e mesmo mundial”.

É por isso que, para este técnico da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA), ainda é mais “chocante o processo generalizado de destruição do património cultural que ocorre quando são implementadas novas culturas permanentes”, com o olival e o amendoal na linha da frente, “quando o Estado foi tão prudente e gastou tanto dinheiro [cerca de 20 milhões de euros] em intervenções arqueológicas” durante a infraestruturação do regadio em Alqueva.

Na verdade, “umas vezes por desconhecimento, outras por incurrência dos proprietários”, no dizer do arqueólogo da Câmara Municipal de Serpa, Miguel Serra, a instalação de culturas permanentes em Alqueva conduziu a “uma verdadeira razia do património arqueológico local”. Até meados de 2018 não havia qualquer tipo de condicionante à instalação de novos olivais e amendoais, nem mesmo para efeitos de candidatura a fundos comunitários. “Cada qual fazia o que queria nas suas terras, sem dar explicações a ninguém”, recorda.

Ainda hoje, os historiadores não sabem ao certo a dimensão das afeições patrimoniais ocorridas na última década. Sabem apenas que só na região de Beja estão georreferenciados no Portal do Arqueólogo perto de dois mil sítios com interesse histórico e cultural. E que neste momento estão em cultivo, quase sempre em regime intensivo ou superintensivo, 100 dos 120 mil hec-



▲ Alberto Matos, da associação Solidariedade Imigrante durante uma sessão de esclarecimento

**A INSTALAÇÃO DE CULTURAS PERMANENTES CONDUZIU A “UMA RAZIA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO”**

▼ Mussa Saidi fugiu à escravidão em África para vir parar a uma situação de exploração no Alentejo

tares beneficiados pela água de Alqueva. A árvore que foi plantada no coração da Atlântida pode estar agora a condicionar a compreensão do próprio mito.

E não são apenas os pequenos núcleos arqueológicos que têm sido assolados. Em janeiro de 2018, a instalação de um olival intensivo na Herdade da Algramassa, propriedade de uma das diferentes empresas ligadas ao universo Olivomundo, “afetou fortemente”, segundo Miguel Serra, a zona geral de proteção da Villa Romana de Pisões, que é o maior complexo rural conhecido na região de Pax Julia, designação dada à cidade de Beja naquele período histórico. Ao todo, 23 sítios arqueológicos foram afetados, entre eles um aqueduto e uma represa que estavam identificados no Plano Diretor Municipal (PDM). A visibilidade mediática que este caso mereceu levou a então procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, a

incluir as questões patrimoniais na agenda da visita que fez ao distrito judiciário de Beja, a 27 de junho de 2018. Logo a seguir, foi instituída a obrigatoriedade de anexar um parecer prévio da Direção Regional de Cultura do Alentejo, sempre que uma exploração agrícola se candidatasse a fundos do Plano de Desenvolvimento Rural 2020.

Mas tal como acontece com as transgressões relacionadas com o tráfico de pessoas, também as infrações contra o património têm passado à margem da justiça. E são os próprios agricultores, como é o caso do espanhol Brigido Chembra, que exigem “mão pesada” para os infratores. “A justiça não tem funcionado como devia e, assim, todos pagamos pelos erros de uns tantos. São necessárias condenações exemplares para que as pessoas não fiquem com má imagem dos agricultores de Alqueva. Não somos todos uns bandidos”, diz.

Até à data, segundo os registos da GNR, apenas foi assinalada a ocorrência de dois crimes de dano contra o património. Um refere-se à mutilação da ponte romana que atravessa a ribeira de Oeiras na freguesia de Vila Ruiva, Cuba, estrutura com 120 metros de comprimento e que está classificada como monumento nacional desde 1967. Não se conhece qualquer condenação judicial pendente sobre a empresa proprietária do olival superintensivo cujas condutas de rega implementadas no verão de



2018 causaram “sérios danos” ao monumento, a sociedade agropecuária Herdade das Rosas.

Já no segundo caso, depois de o Ministério Público ter apresentado no juízo cível de Beja uma providência cautelar, o tribunal decretou a “suspensão de movimentos de terras” na Herdade da Torre, São Brissos. No entanto, a empresa promotora do amendoal intensivo que implicou a destruição de duas dezenas de estações arqueológicas referenciadas no PDM de Beja, apenas foi instada a pagar à União de Freguesias de Trigaches e São Brissos, através de acordo de partes, 20 mil euros que serão gastos em acompanhamento arqueológico. A entidade pagadora pertence ao De Prado, grupo agroalimentar espanhol cujo lagar que detém na Fonte dos Frades, Baleizão, Beja, faturou em 2018 mais de 63 milhões de euros.

## 70 milhões

Número de árvores que já se plantaram no circuito de rega do Alqueva. O valor pode chegar aos 100 milhões

**“HÁ AQUI PLANTAS CONTEMPORÂNEAS DE CRISTO E CONTINUAM A GERAR FRUTO”, DIZ JOSÉ OLIVEIRA**

## 100 milhões de oliveiras

▶ Dos antigos olivais que os fenícios terão trazido para a sua Atlântida, pouco ou nada restará. É admissível que determinadas variedades portuguesas mais antigas possam ter ainda algum contacto genético com as suas ancestrais. E se tal acontecer, será no monte da Zanga, em Vila Nova de São Bento, Serpa, que se poderão encontrar esses laços mais remotos. É lá que o engenheiro agrônomo José Pedro Fernandes de Oliveira mantém em produção um olival de 28 hectares, com cerca de duas mil árvores, muitas delas milenares. “Há aqui plantas que são contemporâneas de Jesus Cristo e outras talvez ainda mais antigas e todas continuam a gerar fruto”, afirma. Entre as 17 variedades de azeitona

que compõem este que é, talvez, o mais antigo olival português em produção, “muitas delas são tão antigas que nem nome têm, embora a árvore que aqui mais abunda seja a gama”. À luz dos novos conceitos de plantio e de gestão agronómica do olival, o da Zanga seria uma “completa aberração”, em termos produtivos. Na última campanha, Fernandes de Oliveira conseguiu colher 35 toneladas de azeitona e, com elas, produzir cinco toneladas de azeite. “Isto não tem nada a ver com aquilo que se faz em regadio”, reconhece, “estamos a falar de um museu vivo, de identidade. Nada tenho contra a plantação de olivais em grande escala, antes pelo contrário. Há sempre vantagens num negócio em que os capitalistas vêm de fora. Mas falta-lhes sempre qualquer coisa, a tal... identidade.”

Boa parte do regadio de Alqueva ▶

PUB

# #portugal interuniversity filmfestival

5 a 7 DE MARÇO 2020

LISBOA

ENTRADA LIVRE



@cinenovafestival

www.cinenova.fcsh.unl.pt



CINENOVA

organização



apoios



foi implementado sobre o mapa das três regiões azeiteiras de Denominação de Origem Protegida (DOP) do Alentejo. É nestas sub-regiões, que foram consagradas pela União Europeia em 1996, que a tal identidade de que fala Fernandes de Oliveira mais se faz notar. Mas também é sobre elas que hoje, como nunca antes, a pressão da liberalização do mercado do azeite mais pesa.

No caso concreto da DOP Azeite de Moura, que no essencial está plasmada na Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos (CAMB), cerca de 25% da área de olival já se apresenta sob a forma de culturas intensivas regadas. O que implica não apenas um enorme desequilíbrio em termos de rentabilidade económica entre o olival moderno e o tradicional, como está a levar ao abandono progressivo das variedades protegidas (no caso a cordovil de Serpa, a galega e a verdeal alentejana), uma vez que estas não têm viabilidade agronómica nos olivais intensivos. Para Henrique Herculano, diretor de operações e *marketing* da CAMB, o grande desafio que se põe à região de Moura “é saber conjugar estes dois mundos, sabendo sempre que o nosso azeite tradicional tem características muito próprias e um perfil fiável”.

O que está a acontecer com a massificação de olivais superintensivos em Alqueva é que toda a tecnologia agronómica utilizada nestas culturas foi desenvolvida em Espanha e com variedades espanholas (e, mais re-

centemente, gregas), nomeadamente a arbequina, que já ocupa mais de 70% das plantações de Alqueva. Os primeiros estudos e as primeiras plantações intensivas na Andaluzia espanhola datam do final dos anos 1960, segundo o professor catedrático Marino Uceda Ojeda, da Universidad de Jaén, “e ainda se mantêm produtivas”. Enquanto em Portugal só agora se começaram a estudar as variedades nacionais. É o caso do projeto de investigação denominado Oleavalor, que está no terreno até 30 de março, e no qual um consórcio de cientistas está a analisar as características das principais variedades autóctones, “para que se possa minimizar a descaracterização que a olivicultura e os azeites do Alentejo estão a sofrer”, sugere Fátima Duarte, do Centro de Biotecnologia Agrícola e Agroalimentar do Alentejo.

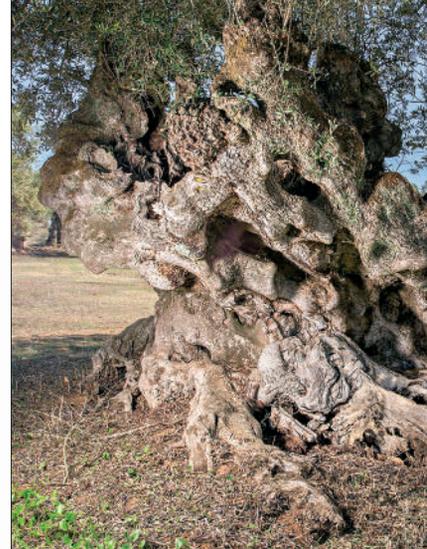
Já se viu que Alqueva está na vanguarda da modernização da olivicultura em Portugal, no entanto, a quase totalidade do azeite que ali se produz é extraída de variedades estrangeiras. José Gouveia, que é o maior especialista português em azeites, constata que “o fator mais importante das características sensoriais dos azeites é a variedade da oliveira”. Embora “não se possa falar de falta de qualidade” dos azeites recolhidos dos olivais superintensivos, explica, o mesmo não se dirá da “falta de identidade” desses óleos. Os azeites de arbequina, a variedade dominante em Alqueva, “são uma

### Evolução do número de desempregados no Alentejo na última década



Fonte: Inst. do Emprego e da Formação Profissional

**OS OLIVAIS SUPERINTENSIVOS TÊM UMA DENSIDADE 20 VEZES SUPERIOR AO TRADICIONAL**



espécie de refrigerantes do mundo do azeite”, diz o jornalista Edgardo Pacheco, “quando frescos, são interessantes. O problema é que se degradam no tempo, com rapidez”.

E é em busca de “identidade própria” no vasto oceano dos olivais de Alqueva que alguns produtores estão a enveredar por culturas mais sustentáveis e com maior valor acrescentado. O decano “destas andanças”, como ele se autointitula, é o suíço Alfred Zender que, na viragem do século, se instalou com a família na Herdade do Monte Novo da Fonte Corcho, em Santa Iria, Serpa. É lá que hoje faz um dos azeites biológicos mais premiados do mundo, o Risca Grande, e é de lá que deixa o alerta: “Alqueva é um grande mar de oportunidades, espero que o setor saiba ser inteligente e não se deixe nele afundar.” O primeiro dos chamados tubarões de Alqueva a enveredar por culturas biológicas em grande escala foi o grupo espanhol Innoliva, que em 2019 plantou perto de Beja 300 hectares de olival superintensivo.

Apesar de ainda não haver dados oficiais atualizados quanto às diferentes tipologias desta cultura dentro do grande perímetro de rega, as estimativas da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva (EDIA) dizem que, até ao presente, terão sido já plantados mais de 57 mil hectares de novas oliveiras, divididos em partes iguais entre olivais intensivos e superintensivos. Sendo que a tendência para substituir os primeiros pelos segundos é galopante e não apenas uma questão de semântica.

Em termos de capacidade produtiva, não existe grande diferença entre uns e outros, estimando-se que, num ano normal, possam ambos gerar uma média de 12 a 17 toneladas de



Os responsáveis pelo lagar da Risca Grande, na Herdade do Monte Novo da Fonte Corcho, em Serpa



No monte da Zanga, em Serpa, José Oliveira mantém um olival com inúmeras árvores milenares

azeitona por hectare. O que os diferencia, de facto, é a ocupação do solo. Enquanto os olivais intensivos sustentam cerca de 600 plantas por hectare, os superintensivos obrigam à plantação de 1.975 árvores. Uma densidade 20 vezes superior à de um olival tradicional. E ainda há outro detalhe: os olivais superintensivos não carecem de mão de obra.

Desde que se iniciou a corrida à água de Alqueva, já se plantaram no interior do circuito hidráulico mais de 70 milhões de oliveiras. Uma cifra que pode atingir com facilidade os 100 milhões se se tiverem em consideração os recentes olivais instalados nos perímetros de rega confinantes e nos denominados territórios em regime precário.

São números impressionantes que aparentam, também eles, ter saído de um mito fundamental. Aliás, tudo em Alqueva parece derivar da mitologia. Desde o anúncio da sua construção, que ocorreu em 1957 no quadro do vasto Plano de Valorização do Alentejo engendrado por Oliveira Salazar. E que apenas se materializou mais de quatro décadas e de outras tantas desilusões depois. Até à solução final de valorar a maior obra hidroagrícola alguma vez realizada em Portugal através da oliveira, essa cultura que todas as civilizações sacralizaram desde que o Homem se sedentarizou. Ainda hoje, e apesar de ter alterado em definitivo a paisagem física e socioeconómica da vasta região até onde a sua água alcança, Alqueva assemelha-se mais a uma elaboração do universo do fantástico do que propriamente a uma construção do mundo real. Sólida. Inabalável. E, como qualquer mito, também este aparenta ter os seus pés de barro. Mas de mitos não reza esta história. ■

Everything is New

# UM MUNDO DE ESPETÁCULOS A PENSAR EM SI!

M/3

*As Canções da Maria*

COLISEU PORTO AGEAS  
8 MARÇO  
COLISEU LISBOA  
15 MARÇO

“Especial História de Portugal”  
CD + DVD  
32 disponíveis

M/6

**anacarolina**

*Fogueira em Alto Mar*  
INÉDITAS E SUCESSOS

2 ABR GUIMARÃES MULTIUSOS  
3 ABR PORTO SUPER BOCK ARENA  
5 ABR LISBOA CAMPO PEQUENO  
8 ABR COIMBRA CONVENTO SÃO FRANCISCO

15 04 20 PORTUGAL

ALTICE ARENA

w/  
AARON DESSNER'S  
BIG 37d03d Machine

**BON IVER**

Lisbon,

RADAR 97.8

M/6

**FAT FREDDY'S DROP**

CAMPO PEQUENO  
29 MARÇO 2020

CONVIDADA ESPECIAL  
**LADY G**

M/6

**BLUE MAN GROUP**  
ON TOUR

**ROCK. LAUGH. PARTY.**

COLISEU LISBOA - 28 a 31 MAIO  
COLISEU PORTO AGEAS - 03 a 07 JUNHO

Everything is New RTP REM

M/3

SAIBA MAIS SOBRE ESTES E OUTROS ESPETÁCULOS EM [EVERYTHINGISNEW.PT](http://EVERYTHINGISNEW.PT)  
BILHETES: FNAC, WORTEN, EL CORTE INGLÉS E [WWW.EVERYTHINGISNEW.PT](http://WWW.EVERYTHINGISNEW.PT)

Everything is New